

Cuiabá-MT, 22, 23 e 24 de junho de 2013

Fonte: WWW.saude.mt.gov.br

Notícia

24/06/2013 - Anderson Acendino SES/MT

Campanha de Vacinação Antirrábica vai até 01 de julho

A Secretaria de Estado de Saúde informa os dados parciais da Campanha Estadual de Vacinação Antirrábica Animal 2013. Até o momento foram vacinados 373.551 animais, o que corresponde a 58,70% da meta do Estado que é vacinar 636.328 animais.

A Campanha vai até o dia 01 de julho de 2013, contudo mesmo após o término da campanha as Secretarias Municipais de Saúde continuarão disponibilizando a vacina na rotina para os animais de estimação que por ventura não tenham sido vacinados.

Segundo o técnico responsável pela campanha Valdir Leite dos Reis, o Estado tem vacinado até o momento 306.986 cães, de um total de 530.357, e 66.565 gatos vacinados de um total de 105.971. "Convidamos todos os donos de cães e gatos, para que tragam seus animais para serem vacinados, uma vez que a vacina é totalmente segura, e somente ela pode deixar os animais livres da raiva", disse ele.

"A adesão a população as campanhas de vacinação contra a raiva em animal doméstico é de suma importância, visto que esta ação vem colaborando para que os municípios mantenham-se livre da raiva desde 2007 em cães e gatos. A doença é fatal ao homem e ela é 100% previsível com a vacina animal", disse Valdir Reis.

Até esta 4ª parcial, 49 (141) municípios já vacinaram mais de 80% dos animais estimados para esta campanha, representando aproximadamente 34,75% dos municípios do Estado, sendo eles: Água Boa, Nova Monte Verde, Paranaíta, Acorizal, Nossa Senhora do Livramento, Planalto da Serra, Novo São Joaquim, Araputanga, Curvelândia, Glória DOeste, Indiavaí, Lambarí DOeste, Mirassol DOeste, Salto do Céu, Colíder, Marcelândia, Nova Canaã do Norte, Nova Santa Helena, Alto Paraguai, Diamantino, Nobres, São José do Rio Claro, Aripuanã, Brasnorte, Juruena, Guarantã do Norte, Novo Mundo, Campos de Júlio, Conquista DOeste, Jaurú, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Santa Terezinha, Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Araguinha, Juscimeira, Primavera do Leste, Santo Antonio do Leste, São Pedro da Cipa, Tesouro, Serra Nova Dourada, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah, Arenápolis, Nova Olímpia e Tangará da Serra.

Fonte: WWW.saude.mt.gov.br

21/06/2013 - Anderson Acendino SES/MT

Estado divulga dados de dengue de 1º de janeiro a 21 de junho de 2013

De acordo com os dados do SINAN online, de 1º janeiro a 21 de junho de 2013, o Estado de Mato Grosso registrou 37.267 casos notificados de dengue, com 25 ocorrências de óbito, sendo 21 confirmados: Aripuanã (01), Barra do Garças (01), Cáceres (01), Campo Novo dos Parecis (03), Campo Verde (01), Carlinda (01), Cuiabá (02), Jaciara (01), Juara (01), Primavera do Leste (02), Pontal do Araguaia (01), Pontes e Lacerda (01), Tangara da Serra (01) e Sinop (03), Sorriso (01) e 04 em investigação: Alto Taquari (01), Juara (01), Lucas do Rio Verde (01), e Sorriso (01).

Cuiabá registrou 2.779 casos, Rondonópolis 2.929 casos, Sinop 4.731 casos e Várzea Grande 618. O Estado de Mato Grosso registrou até o momento 86 casos graves de Dengue.

No ano de 2012 as notificações no mesmo período foram de 30.681 casos notificados no Estado.

O quadro epidemiológico caracteriza-se pela circulação simultânea de dois sorotipos virais da dengue, o DENV 1 e a introdução do sorotipo DENV 4 no Estado.

Combata os focos do mosquito em sua casa, seguindo as seguintes orientações: Limpe calha dos telhados; limpe os pratinhos dos vasos de plantas; mantenha piscinas limpas; não deixe formar poças d'água; elimine qualquer tipo de material que possa acumular água; garrafas ou recipientes sempre virados de boca para baixo; pneus mantidos em locais cobertos para não acumular água; tampe bem as caixas d'água e os poços.

Fonte: WWW.midianews.com.br

FOGO AMIGO

22.06.2013 | 09h00 - Atualizado em 22.06.2013 | 17h42
Tamanho do texto A- A+

Saúde em crise

Apesar de escândalos, Mauri deve ficar

DA REDAÇÃO

O governador **Silval Barbosa** (PMDB) deve anunciar, oficialmente, na próxima semana, a sua posição em relação ao secretário de Saúde, **Mauri Rodrigues**. Na corda bamba, o secretário tem sido alvo de parte dos seus próprios companheiros do PP, que querem a sua imediata **demissão**. A tendência é de que SB mantenha Mauri no cargo e acabe de vez com as especulações.

O presidente da Assembleia Legislativa e líder do próprio governador, deputado **Romoaldo Júnior** (PMDB), aposta que o secretário continua dando as cartas na Saúde Pública, apesar dos desgastes e de alguns escândalos (como o **desperdício de remédios** da Farmácia de

Alto Custo). Mauri ganhou o apoio de outros deputados, como Ondanir Bortolini, o Nininho (PR), Eliene Lima (PSD) e Wagner Ramos (PR).

Fonte: WWW.midianews.com.br

COTIDIANO / PROTESTO NO HOSPITAL

22.06.2013 | 09h40 - Atualizado em 23.06.2013 | 14h48
Tamanho do texto A- A+

Sem salário, médicos suspendem atendimento pelo SUS

Falta de repasse da Secretaria de Saúde provoca atraso nos vencimentos

MidiaNews

Hospital Metropolitano, em Várzea Grande: protesto e falta de atendimento

**DÉBORA SIQUEIRA
DA REDAÇÃO**

Os 150 médicos que atuam no Hospital Metropolitano de Várzea Grande paralisaram o atendimento, durante toda a sexta-feira (21), em protesto pelo não pagamento dos salários.

Em carta aberta à sociedade mato-grossense, os médicos garantem apoio à administração do hospital, sob o controle do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas), e cobram da Secretaria Estadual de Saúde (SES) os repasses atrasados.

Estima-se que a SES deixou repassar, ao menos, R\$ 6 milhões ao Hospital Metropolitano de Várzea Grande, nos últimos três meses.

Sem esses recursos, muitas cirurgias especializadas, como as de obesidade e, até mesmo, de ortopedia estão deixando de ser realizadas.

Os médicos cobram o repactuação da dívida e o compromisso do Governo em quitar todos os débitos em dia, no segundo semestre deste ano.

Durante toda sexta-feira, a direção do Ipas e a direção da Secretaria Estadual de Saúde (SES) se reuniram, pela manhã na Casa Civil e a tarde, na SES, para debater os repasses a Organização Social de Saúde.

Por meio de nota, o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde informou a toda população mato-grossense que os serviços do Hospital Metropolitano não serão paralisados.

Os impasses financeiros havidos com a Secretaria de Estado de Saúde, segundo o Ipas, foram esclarecidos, de modo que, tendo havido um encontro de contas, verificou-se que o débito anteriormente noticiado pela Instituição já havia sido parcialmente liquidado pela SES/MT, assim como teriam se pactuado os repasses futuros.

Com relação aos serviços prestados pelo Ipas, até o fim do mês, o contrato deverá ser totalmente revisto, com a definição do novo perfil do Hospital Metropolitano.

Conforme o sistema Fiplan, em 2013, o Fundo Estadual de Saúde já pagou R\$ 8,1 milhões ao Hospital Metropolitano neste ano.

Ainda há R\$ 3 milhões de restos a pagar e outros R\$ 2,9 milhões empenhados.

Fonte: WWW.midianews.com.br

JUDICIÁRIO / SUPOSTA IMPROBIDADE

23.06.2013 | 15h15 - Atualizado em 23.06.2013 | 15h21
Tamanho do texto A- A+

Juíza manda Prefeitura exonerar servidores temporários da Saúde

Todos os contratos terão que ser rescindidos, determinou a magistrada

Mary Juruna/MidiaNews

Kamil Fares, atual gestor da pasta da Saúde de Cuiabá

DO MÍDIAJUR

Por decisão da Justiça, o prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes (PSB) terá que rescindir contratos e exonerar todos os servidores temporários da Secretaria Municipal de Saúde.

A medida foi determinada pela juíza auxiliar da Segunda Vara de Família e Sucessões, Célia Regina Vidotti, que está atuando em regime de exceção, na Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular de Cuiabá.

Os contratos temporários que estão em vigor com a Secretaria Municipal de Cuiabá foram declarados nulos pela magistrada, que determinou ainda que todos os servidores temporários que ocupam cargos públicos na referida secretaria sejam exonerados.

A decisão da magistrada é resultado de uma Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público Estadual, por atos de improbidade administrativa com pedido de nulidade de contrato, impetrada ainda na gestão do ex-prefeito de Cuiabá, Wilson Pereira dos Santos (PSDB), e do ex-secretário de Saúde do município, Luiz Antonio Vitório Soares.

Fonte: WWW.midianews.com.br

JUDICIÁRIO / INELEGÍVEL

24.06.2013 | 13h28 - Atualizado em 24.06.2013 | 14h40
Tamanho do texto A- A+

Juíza condena ex-prefeito de Cuiabá por ato de improbidade

Motivo foi contratação irregular de funcionários temporários na Saúde

Reprodução

Ex-prefeito Wilson Santos foi condenado por improbidade

**LAÍSE LUCATELLI
DA REDAÇÃO**

A juíza Célia Regina Vidotti, da Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular, condenou o ex-prefeito de Cuiabá, Wilson Santos (PSDB), e o ex-secretário de Saúde, Luiz Soares (DEM), à perda da função pública e dos direitos políticos pelo período de três anos. Ambos foram condenados por improbidade administrativa, em função de contratarem funcionários sem concurso público para a área de Saúde.

A magistrada determinou, também, que ambos estão proibidos de contratar com o poder público e receber incentivos ou benefícios fiscais pelo mesmo período. A decisão foi proferida em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual (MPE).

“É certo que o desprezo à realização de concurso público como forma normal para o ingresso em empregos públicos, abusando-se das contratações temporárias, constitui, sim, ato de improbidade a meu ver, pois nesses momentos é que há os favorecimentos pessoais e partidários, sejam diretos ou indiretos”, destacou a juíza na decisão.

“Nesses momentos é que há os favorecimentos pessoais e partidários, sejam diretos ou indiretos”

“É inegável, portanto, que os requeridos agiram de forma dolosa e violaram os deveres de probidade, impessoalidade, seriedade, imparcialidade, diligência e responsabilidade, estando, portanto, sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, ainda que não tenha havido dano patrimonial ou enriquecimento ilícito”, diz outro trecho do documento.

O MPE argumentou que Wilson Santos e Luiz Soares fizeram “da contratação temporária uma regra, principalmente no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, não se enquadrando tais contratações dentro das exceções previstas em lei”.

O município chegou a firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPE para a exoneração de temporários e realização de concurso público. Porém, o acordo não foi cumprido, pois mesmo com a realização do concurso, o prefeito e o secretário continuaram contratando temporários ao invés de nomear os concursados.

Além dos temporários, outro problema apontado pelo MPE foi a contratação de empresas particulares para realização de serviços médico-hospitalares aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) atendidos no Pronto-Socorro Municipal.

Anulação de contratos

Além da condenação por improbidade, a juíza Célia Regina Vidotti anulou todos os contratos de servidores temporários amparados pela Lei Complementar Municipal nº 94/2003, e determinou à prefeitura que exonere todos esses funcionários.

A magistrada determinou, ainda, a rescisão dos contratos com as empresas que prestam serviços para o município na área de Saúde, e proibiu a contratação de novas empresas e de novos funcionários temporários, a menos que haja uma justificativa plausível.

Como o último concurso público da área de Saúde venceu em 2010, a juíza determinou também que a prefeitura realize um novo concurso em até 90 dias.

Outro lado

Contatado pela reportagem, o ex-prefeito Wilson Santos informou que vai recorrer da decisão assim que for notificado. Luiz Soares disse que estava ocupado e não poderia falar no momento.

Fonte: WWW.midianews.com.br

CUIABÁ 2014 / O POVO NAS RUAS

24.06.2013 | 11h24 - Atualizado em 24.06.2013 | 15h56
Tamanho do texto A- A+

Gastos com obras da Copa podem ser alvo de novo protesto

Lideranças do movimento contra a corrupção questionam gastos em detrimento a outros setores

Secom/MidiaNews

Clique para ampliar 



Na montagem, Silval Barbosa, Maurício Guimarães e gerente do contrado do VLT junto a cartaz: alvo

DA REDAÇÃO

Lideranças do Ato contra a Corrupção e Violência, em Cuiabá, avaliam a realização de um protesto, nesta semana, contra o Governo do Estado por causa dos custos milionários - e da suspeita de prática de corrupção - nas obras da Copa do Pantanal.

A insatisfação em relação aos custos das obras é um dos focos da insatisfação do movimento nas redes sociais. Em vários posts no Facebook, comenta-se a possibilidade de o ato acontecer tanto em frente à Secopa (Secretaria Extraordinária da Copa do Pantanal), ou na Arena Pantanal.

“Já realizamos um protesto, na caminhada da Copa que o governo realizou, mas há muitos no movimento que querem um novo ato. Há uma insatisfação grande por causa dos bilhões de reais que estão sendo gastos com estádio e viadutos. Obra de mobilização é importante, mas a Saúde, a Educação e a geração de empregos deveriam ser priorizadas”, afirmou o universitário da UFMT Murilo Alberto, um dos líderes do movimento.

“Há uma insatisfação grande por causa dos bilhões de reais que estão sendo gastos com estádio e viadutos. O Governo do Estado não está ouvindo os cidadãos”

Segundo ele, o Governo do Estado estaria “abusando” dos aditivos nos contratos.

“O problema são os aditivos, os contratos emergenciais, feitos sem o devido processo licitatório. Isso abre margem para manobras, para se beneficiar empreiteiras, e para a prática da corrupção. O Governo do Estado está fazendo tudo sem a participação da sociedade, sem ouvir os cidadãos. Não tem audiência pública, cortaram as ciclovias dos projetos para Cuiabá, estão priorizando, nas obras de mobilidade, só quem tem automóvel”, disse.



Manifestante durante caminhada em protesto contra gastos na Copa

De acordo com levantamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), até o último dia 30 de abril o Governo do Estado já gastou R\$ 773 milhões com as obras da Copa do Pantanal, incluindo as obras de infraestrutura, a Arena Pantanal e o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).

“A revolta é porque áreas essenciais estão abandonadas, como saúde e educação. A Unemat (Universidade Estadual de Mato Grosso) está abandonada. A Fapemat cortou o dinheiro para bolsas científicas de mestrados e doutorandos. As escolas estaduais estão um caos. Isso não pode ser ignorado por causa da Copa”, afirmou Murilo.

Novos atos

Outro universitário da UFMT, que também lidera as mobilizações em Cuiabá, Cauíbi Kuhn, questionou os gastos com a Copa na rede social. “Quando uma obra da Copa dá problema, o governo resolve em dois dias, faz jornada dupla, tem funcionário trabalhando 24 horas. E por que a obra do Hospital Central nunca terminou?”, indagou.

"Somente no sistema de TI (tecnologia da informação) da Arena Pantanal são 100 milhões de reais! E quanto vale as vidas que se perderam por falta de leitos? Quanto vale um ser humano?"

"Quem nunca precisou de atendimento médico, ou que nunca viu um amigo ou parente ficar jogado nas filas do SUS? Bilhões foram repassados à Assembleia Legislativa, governos passaram, estão sendo gasto mais alguns bilhões nas obras da Copa... Somente no sistema de TI (tecnologia da informação) do estádio do Verdão (Arena Pantanal) são 100 milhões de reais! E quanto vale as vidas que se perderam por falta de leitos? Quanto vale um ser humano?", questionou, no post.

Murilo Alberto afirmou que a definição quanto a um possível protesto contra a Copa do Pantanal será definido pelo próprio movimento. "Estamos na organização, mas não mandamos no movimento; ele mesmo que se pauta. Ninguém é dono dos atos. Mas muita gente tem falado de um protesto específico contra os gastos excessivos com as obras da Copa. Essa é uma pauta permanente", disse.

Fonte: WWW.midianews.com.br

COTIDIANO / CIÊNCIA & SAÚDE

24.06.2013 | 10h00 - Atualizado em 24.06.2013 | 06h12

Tamanho do texto A- A+

Teste detecta síndrome de Down durante gravidez com 'mais precisão'

Novos estudos ainda serão realizados para que o exame seja disponibilizado

DA BBC BRASIL

Uma equipe de cientistas britânicos desenvolveu um novo exame que promete detectar, mais cedo e com mais precisão, a síndrome de Down durante a gravidez.

A equipe da universidade Kings College de Londres, responsável pela pesquisa, analisou o sangue de 1 mil grávidas e concluiu que o novo teste, chamado exame de DNA fetal (cfDNA, na sigla em inglês), pode mostrar "quase que com certeza" se o bebê é portador do distúrbio genético.

Atualmente, o teste mais comum é feito entre a 11^a e a 13^a semana de gravidez por meio de ultrassom. Nele, o médico mede a quantidade de um líquido atrás do pescoço do bebê chamado translucência nuchal. Crianças com síndrome de Down tendem a apresentar uma maior quantidade de dessa substância.

Além disso, hoje, as grávidas podem fazer um exame de sangue para checar se há níveis anormais de certas proteínas e hormônios em seus bebês.

A partir desses testes, são calculadas as chances da criança ser portadora da síndrome. No entanto, se a chance for alta, a recomendação é que as grávidas passem por um dos dois testes para esses casos – ambos invasivos e arriscados.

Um deles é a biópsia do vilo corial, que analisa uma pequena amostra da placenta. O outro é a amniocentese, que testa o líquido amniótico que envolve o bebê. A probabilidade de os dois exames provocarem aborto é de 1 em 100 casos.

'Definitivo'

O professor Kypros Nicolaides, que coordenou a pesquisa, afirmou que o novo exame de DNA é muito mais certo, já que seu resultado indica com 99% de precisão se o bebê apresenta a síndrome de Down.

"Esse teste é praticamente um diagnóstico. Ele mostra com quase certeza se o seu bebê tem ou não a síndrome", diz Nicolaides. "Da perspectiva da mulher, ele traz uma mensagem muito mais clara sobre o que fazer em seguida."

Segundo ele, hoje a prática médica recomenda envolver os pacientes nessas decisões. "Mas isso é apenas da boca para fora. Porque se o risco é de, por exemplo, um em 250, como é possível decidir? Quando os pacientes tiverem mais clareza, será mais fácil."

A equipe médica, que publicou a pesquisa sobre o teste na revista científica *Ultrasound in Obstetrics and Gynaecology*, agora vai fazer um estudo com 20 mil mulheres para incrementar os resultados obtidos.

A Associação de Síndrome de Down no país disse que a realização do teste ainda não é algo iminente

22.06.2013 | 04h30 - Atualizado em 22.06.2013 | 17h35
Tamanho do texto A- A+

Brasil deixará de importar vacina contra a gripe A

Transferência de tecnologia de laboratório francês permitirá ao País produzir 44 milhões de doses do imunizante em 2015

Reprodução
DO IG SAÚDE

A partir de 2015, o Brasil vai produzir toda a vacina contra o vírus da gripe A necessária para suprir a demanda nacional. Para a campanha de 2013, o Instituto Butantan, fabricante das vacinas brasileiras, produziu 15% do total aplicado.

O laboratório francês Sanofi Pasteur transferiu a tecnologia que tornou possível a fabricação. Para a vacinação em 2015 serão produzidas 44 milhões de doses.

Outros 14 medicamentos biológicos terão fabricação 100% nacional, seis para **câncer** (entre eles o de **mama** e a **leucemia**), quatro para **artrite reumatoide**, um para **diabetes**, um cicatrizante, um hormônio do crescimento e uma vacina para **alergia**.

De acordo com o Ministério da Saúde, a economia com a produção será R\$ 225 milhões por ano. Os medicamentos biológicos, feitos a partir de material vivo e cuja produção envolve biologia molecular, são produtos de última geração e de alto custo. O grupo representa 43% dos gastos do governo com medicamentos, R\$ 4 bilhões por ano.

Para a fabricação no Brasil, foram feitas 27 parcerias com oito laboratórios públicos e 17 privados. Ao todo, são 90 parcerias desse tipo, que envolvem a transferência de tecnologia de 77 produtos.

Entre os medicamentos estão a L-asparaginase, utilizada para tratamento de leucemia aguda, cujo fabricante anunciou, em dezembro, que não o produziria mais e que só havia estoque para os próximos seis meses.

Para o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a produção do medicamento no Brasil representa segurança para os pacientes. O Trastuzumabe é outro remédio que será produzido no país. Recentemente incorporado à cartela do Sistema Único de Saúde, serve para o tratamento do câncer de mama.

O Ministério da Saúde anunciou que o Brasil terá a primeira fábrica para produção de remédios biológicos a partir de célula vegetal (cenoura e tabaco), instalada em Euzébio, no Ceará. A construção está prevista para ter início em 2014 e deve custar R\$ 170 milhões. Serão feitos medicamentos para o tratamento de doenças raras e a primeira vacina do mundo a partir de uma planta, contra a **febre amarela**.

Fonte: www.olhardireto.com.br

22/06/2013 - 10:29

Profissionais de saúde protestam contra o Ato Médico

Agência Brasil



Cerca de 500 profissionais de saúde fizeram, no final da tarde desta sexta-feira (12), um protesto contra o Projeto de Lei (PL) 286, que trata do chamado Ato Médico, aprovado na última terça-feira (18) pelo Senado. Os manifestantes cruzaram a Esplanada dos Ministérios em direção ao Palácio do Planalto. Farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, entre outros profissionais de saúde, empunhavam cartazes em que pedem à presidenta Dilma Rousseff que veto o projeto. Para os manifestantes, caso o projeto seja sancionado, haverá perda de autonomia de diferentes profissionais de saúde. "O ato médico acaba limitando o nosso trabalho. Com ele, nós não podemos mais ser responsáveis por clínicas, só com a presença do médico, isso vai limitar nossa atuação", ponderou a fonoaudióloga Elina Peixoto, que há seis anos é responsável por uma clínica de fonoaudiologia. Os profissionais apontaram cinco pontos polêmicos do projeto, entre eles o que diz que o diagnóstico de doenças como prerrogativa exclusiva dos médicos, a emissão de diagnósticos de anatomia patológica e de citopatologia, procedimentos invasivos e a ocupação

de cargos de direção e chefia. A iniciativa é criticada por entidades, como o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), que avaliam que a proposta vai dificultar que esses profissionais identifiquem sintomas de doenças como depressão e transtornos, no caso dos psicólogos e façam pequenos diagnósticos e prescrição de tratamentos, como fazem enfermeiros e fisioterapeutas. Formado em fisioterapia há um ano, Pedro Maia disse à Agência Brasil que espera que a presidenta vete pelo menos o artigo que restringe aos médicos a prerrogativa de fazer diagnósticos de doenças. "Não sei se a presidenta vai vetar toda a lei, mas a gente espera que ela vete pelo menos a restrição a prescrição da parte terapêutica. Isso já resolveria o problema de boa parte das profissões", disse. O enfermeiro Renan Oliveira considera que a lei é confusa neste ponto. Uma portaria do Ministério da Saúde prevê a realização de consulta pela categoria para a identificação de doenças como hanseníase, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, diabetes e hipertensão. "A lei vai contra a própria normativa do ministério, que traz protocolos para o tratamento dessas doenças. O protocolo também permite ao enfermeiro fazer o diagnóstico e preceituar o tratamento a partir do que a norma determina", frisou. O Conselho Federal de Medicina diz que a legislação não restringe a atuação dos demais profissionais de saúde. A entidade, que respalda o Ato Médico, informa que a restrição de atos como o diagnóstico de doenças e a prescrição de tratamentos à categoria se aplica somente ao diagnóstico de doenças, não interferindo no exercício profissional das demais categorias. "Estão fazendo um cavalo de batalha em teses falsas. A lei não interfere em nada nas outras profissões. A lei tramitou durante 11 anos e nesse tempo foram se criando mitos em relação ao texto da lei", disse à Agência Brasil o conselheiro do CFM e coordenador da Comissão do Ato Médico do conselho, Salomão Rodrigues. "O diagnóstico de doenças é privativo do médico, é assim em todos os países. Os outros profissionais podem prescrever outros diagnósticos", rebateu Rodrigues, que avalia que o projeto deve ser sancionado na íntegra. Além de Brasília, também foram convocados protestos para hoje nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Na próxima segunda-feira (24), está prevista uma manifestação em Blumenau (SC). Edição: Fábio Massalli Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. Para reproduzir o material é necessário apenas dar crédito à Agência Brasil

Fon te: WWW.olhardireto.com.br

Notícias / **Política MT**

24/06/2013 - 16:10

PP entrega Secretaria de Saúde e vai rediscutir participação no governo Silval

Da Reportagem Local - Laura Petraglia/ Da Redação - Jardel P. Arruda

O Partido Progressista (PP) entregou a Secretaria de Estado de Saúde e deve se reunir na quarta-feira (28) com o governador Silval Barbosa (PMDB) para rediscutir a participação da sigla na administração estadual. Os progressistas decidiram deixar a pasta devido a resistência do governador em exonerar o secretário Mauri Rodrigues, segundo informou o presidente regional do PP, deputado Ezequiel Fonseca.

A "cabeça" de Mauri já era pedida pelo PP há mais de um mês em decorrência de uma suposta dificuldade de acesso entre todos os parlamentares ao chefe da pasta da Saúde. Em várias ocasiões Ezequiel Fonseca e o deputado Antonio Azambuja (PP) afirmaram que cometeram um erro ao indicar Mauri ao cargo.

Fonte: WWW.rdnews.com.br

[PALÁCIO PAIAGUÁS](#) | 20/06/2013 - 09:22

Governador demite 7 na Saúde e inclui no facão afilhado de Henry

Romilson Dourado

Governador Silval Barbosa quer a Saúde mais técnica

Em mais um passo para despolitizar a pasta da Saúde e dar respaldo ao secretário Mauri Rodrigues, o governador Silval Barbosa determinou a exoneração de 7 ocupantes de cargos de segundo a quarto escalões, além de vários assessores, e já escalou outros para as vagas. Ele explica que está montando uma equipe eminentemente técnica para não haver mais foco político na secretaria como na época do ex-secretário Pedro Henry, cacique político do PP e deputado federal condenado pelo escândalo do mensalão e que ainda continua exercendo mandato em Brasília. Além de 7 novos coordenadores, gerentes e diretores, o Palácio Paiaguás assinou nomeação de 13 assessores e assistentes técnicos.

Um dos que caíram foi o secretário-adjunto do Núcleo Saúde, Edson Paulino de Oliveira, o Pelezinho, afilhado político e porta-voz do ex-secretário Henry, que foi o idealizador da terceirização do gerenciamento da saúde às Organizações Sociais. No lugar de Pelezinho assume, a partir de hoje, Marcos Rogério Lima Pinto e Silva. Na Coordenadoria de Aquisição e Contratos, setor onde estava “pipocando” denúncias de supostas irregularidades, sai Sandra Damares Buzanello e entra Luis Alexandre Galdino de Medeiros. Foi exonerada também Sílvia Aparecida Tomaz, que era gerente de Desenvolvimento. Entra Camila Dias Capeleto. Saíram ainda Graziela Medeiros Rodrigues Pacheco, da Coordenadoria de Regulação e Vera Lúcia Gomes da Silva, então gerente de Apoio Logístico do Centro Integrado de Atenção Psicossocial (Ciaps), que passa a ser conduzido agora por Roberto Magno Rodrigues da Silva.

Em meio às mudanças, o governador aproveitou o pedido de exoneração de Thalita Maria Vilela Martins, gerente de Transporte, e nomeou para o posto Paula Vieira Muller. Willian Barbosa Lima deixa o cargo de gerente de Programação Financeira, a ser ocupado por Sílvia Regina Teixeira de Figueiredo. Fazem parte também da nova equipe do secretário Mauri o médico Victor Rodrigues, na diretoria do Hemocentro, e Paula Vieira Muller, na gerência de Transporte. Vários cargos de assessores e assistentes técnicos foram preenchidos, com nomeação, de uma só vez, de 13 pessoas.

Orçamento minguido

A secretaria de Saúde se tornou um dos calcanhares de Aquiles do governo Silval, agravada pelo atraso de repasses de recursos para os municípios, descoberta de medicamento vencido nas prateleiras de Alto Custo e falta de estoque para atender a demanda e ainda a polêmica acerca da terceirização da gestão para OSS. O orçamento para a Saúde caiu para a sétima posição entre as 24 secretarias. Para este ano, de um bolo de previsão de receitas e despesas globais de R\$ 12,8 bilhões para todas as pastas e demais órgãos da estrutura da máquina, R\$ 982,6 milhões são para a pasta conduzida por Mauri Rodrigues. A maior fatia financeira está com a Educação, com R\$ 1,6 bilhão, seguida do Transporte e Pavimentação Urbana (R\$ 1,39 bilhão), Administração (R\$ 1,35 bilhão), Casa Civil (R\$ 1,24 bilhão), Secopa (R\$ 1,23 bilhão) e Segurança Pública (R\$ 1,11 bilhão).

Fonte: WWW.rdnews.com.br

MANIFESTAÇÃO | 21/06/2013 - 09:30

Em protesto, cartazes cobram saúde e educação - veja fotos

Patrícia Sanches

Fotos: Gilberto Leite e Valérya Próspero



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social



O **RDNews** foi às ruas de Cuiabá ontem (20) para acompanhar de perto a manifestação que reuniu mais de 50 mil pessoas durante ato de combate à corrupção e saber quais eram as principais reclamações dos cidadãos que romperam o silêncio e foram protestar contra o sistema. O que se viu foi uma multidão de pessoas, a grande maioria pacífica, cobrando por melhorias na saúde, na educação e no transporte coletivo e intermunicipal. “Quero escola pública padrão Fifa”, diz um dos cartazes carregados durante o trajeto entre a Prefeitura de Cuiabá e a Assembleia.

Além de críticas contra a falta de serviços públicos de qualidade, o movimento atuou contra a aprovação da PEC 37 – que restringe a atuação do MP, cobrando que corrupção se torne crime hediondo e gritando palavras de ordem contra a corrupção. Os nomes de políticos mais citados foram do ex-presidente da Assembleia José Riva (PSD), do governador Silval Barbosa (PMDB), do prefeito Mauro Mendes (PSB) e do senador Blairo Maggi (PR)

Havia preocupação com relação a atos de violência e vandalismo, mas o que se viu foi um exemplo de cidadania, em meio a atos isolados de vandalismo. Foram registradas explosões de bombas, vidraças quebradas e até fogo, mas, nestas situações, a população combateu as situações e, a todo momento, se ouvia: “sem violência”.

Fonte: WWW.rdnews.com.br

[SAÚDE](#) | 23/06/2013 - 07:58

Novo MT Saúde será enviado em agosto à AL; plano terá outros preços

Patrícia Sanches

Secretário Francisco Faiad (PMDB)

A secretaria estadual de Administração, sob Francisco Faiad (PMDB), deve encaminhar para a Assembleia, em agosto, projeto com o novo escopo de funcionamento do MT Saúde. Num primeiro momento, segundo o secretário, a ideia era que a matéria fosse apreciada antes do recesso parlamentar, em julho, mas houve um atraso na informatização dos dados. Ocorre que, até recentemente, o MT Saúde não tinha um banco de dados.

Isso porque as empresas terceirizadas que administraram o convênio, após romper o contrato, levaram o sistema informatizado. Dessa forma, todas as informações cadastrais de usuários e rede conveniada foram perdidos. Assim, coube ao Cepromat promover a criação do novo banco de dados, que fica pronto no final do mês.

Conforme Faiad, o próximo passo será a elaboração de uma tabela de preços baseada na faixa etária e não mais apenas um percentual de desconto estabelecido. Ele explica que a medida segue o padrão proposto por outros planos. Assim, na prática, alguns vão passar a pagar menos e outros mais. Ele cita como exemplo um funcionário que recebe R\$ 4 mil e hoje

para R\$ 200. Segundo Faiad, esse valor deve cair para R\$ 120, no caso do servidor ter 29 anos.

O secretário pondera, no entanto, que a SAD também está preocupada com os servidores de categorias menos remuneradas. Será estabelecido um teto e o Estado vai subsidiar recursos para quem ganha menos. “Hoje tem servidor que paga R\$ 34, por isso, o Governo tem que colocar tanto aporte financeiro”, reforça.

Fonte: WWW.rdnews.com.br

[BARRA DO GARÇAS](#) | 23/06/2013 - 09:30

Secretário aponta avanços na Saúde e investimentos para melhorar setor

Francis Amorim, de Barra do Garças

Considerado um dos setores mais complexos da gestão pública por lidar diretamente com a população, a saúde vem merecendo uma atenção especial por parte do governo Beto Farias (PSD), em Barra do Garças. Para ampliar e melhorar o atendimento nas unidades básicas, a prefeitura – por meio da secretaria municipal de Saúde – tem se desdobrado em ações para atender não só Barra, mas uma rede de municípios que tem a cidade como ponto de referência.

Nos primeiros cinco meses da atual gestão, o titular da pasta, Adalberto Maciel Metello vem seguindo à risca as recomendações do prefeito, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Neste período o município investiu na contratação de 24 médicos, 11 técnicos em enfermagem, sendo cinco efetivados por concurso, e dois odontólogos, num total de 37 profissionais.

Além do reforço no quadro de profissionais, a secretaria de Saúde tem investido também na aquisição de materiais de consumo, medicamentos e manutenção de aparelhos como tomografia, gasometria, mamografia, bioquímica e eletrocardiogramas do hospital municipal e Clínica Santo Antônio e frota de veículos. A manutenção preventiva, de acordo com o secretário, é diária.

Embora os investimentos tenham sido prioridades, os avanços são comemorados no número de atendimento à população, o que aponta recorde no atendimento em todas as áreas, principalmente, no pronto-socorro e hospital. Somente na urgência e emergência, mais de 12 mil pessoas foram atendidas e outras 25 mil no laboratório municipal. “É uma preocupação do prefeito em dotar a saúde de Barra do Garças de toda estrutura que possa garantir o mínimo de atendimento à população e isso está sendo feito”, disse Metello, afirmando que o calendário das campanhas de vacinação tem sido respeitado.

Ampliação das unidades de saúde

Enquanto busca a excelência no atendimento, as atenções estão sendo voltadas também para a ampliação das unidades de saúde. Quatro Unidades Básicas nos bairros Santo Antônio, Anchieta, Nova Barra e Vila Maria estão passando por reformas e adequações; outros 12 UBS serão reformadas em 2013 e mais três serão construídas.

Além destas obras, a principal delas – eleita como prioridade pela atual gestão – é a construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), cuja finalidade é desafogar o atendimento no pronto-socorro, que será destinado apenas aos casos de urgência e emergência. “Esta é uma prioridade de nossa administração. Não vamos sossegar enquanto não ver esta obra concluída”, disse Beto Farias durante a realização do Projeto Barra Feliz.

Fonte: WWW.rdnews.com.br

JACIARA | 24/06/2013 - 08:40

Hospital de Jaciara atende pacientes de diversas cidades

Valérya Próspero

A saúde é o setor mais problemático do município de Jaciara. A avaliação é do prefeito, Ademir Gaspar de Lima (PT), em entrevista ao **RDNews**. Ele conta que a cidade tem apenas um Hospital Municipal, mas que atende como se fosse Regional. Pacientes das cidades vizinhas de São Pedro, Jucimeira, Dom Aquino, são encaminhados para lá. O problema, conforme o petista, é que os recursos não chegam para atender essa demanda. “Os acidentes que acontecem na BR 364/163 também são encaminhados para o hospital municipal”, acrescenta.

O prefeito não soube informar, nem por estimativa, quanto o governo do Estado envia para a saúde. Segundo ele, contudo, a cidade destina só para o hospital, R\$ 400 mil. O orçamento de Jaciara, atualmente, está em R\$ 3,3 milhões. O valor, então, corresponde a 12,12% do orçamento, sendo, assim, o percentual já alcança os 12% do gasto obrigatório para o setor. De acordo com o prefeito, ainda são alocados recursos para outros setores da saúde da cidade.

“Nos próximos dias, vamos cobrar do governo aumento do recurso para conseguirmos manter o hospital”, adianta. Ele pondera que o dinheiro liberado nos últimos meses, correspondente aos atrasos, ajudou a desafogar um pouco, mas a redução do repasse, prevista para este ano, preocupa o petista. A previsão é que, em comparação ao ano passado, o repasse seja reduzido em 50%, passando de R\$ 155 milhões para R\$ 77 milhões. O Paiaguás alegou, na ocasião, que a Legislação assegura ao Estado não gastar mais do que realmente arrecada.

Estado propõe redução de 50% nos repasses da saúde pública

Fonte: WWW.gazetadigital.com.br

Redação do GD/Só Notícias

O segundo ato contra a corrupção em Sinop (500 km ao Norte de Cuiabá), descaso político e apoio à saúde e educação está marcado para, nesta segunda-feira (24), às 18h. O manifesto será em frente a sede da Câmara dos Vereadores. Os organizadores pedem que os manifestantes levem cartazes. O objetivo é cobrar, principalmente, a abertura integral do Hospital Regional e protestar contra a verba indenizatória de R\$ 5 mil para cada parlamentar.

Na sexta-feira (21), durante o primeiro ato, que reuniu aproximadamente 6 mil pessoas, os manifestantes decidiram por iniciar os protestos em frente ao Hospital Regional (cuja estrutura física ficou pronta em 2008). Porém, em função de ser um local onde várias pessoas estão em tratamento e precisam de silêncio o roteiro foi modificado. A maior parte dos equipamentos (blocos cirúrgicos, macas, laboratórios) chegou em Cuiabá e técnicos estão providenciando ajustes na unidade para instalá-los. Os participantes também devem acompanhar a sessão da câmara.

No manifesto "Vem pra rua Sinop" vários temas foram reivindicados como contra o ato médico e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, além do pedido de mais segurança, educação e saúde. O ato é pacífico em apoio as manifestações que ocorrem no país.

A sexta-feira (21) foi histórica no município. Milhares de pessoas "tomaram conta" das duas pistas da avenida Júlio Campos (a principal avenida do município) durante o manifesto. Eles se concentraram na praça das Bandeiras e seguiram até a sede da Câmara de Vereadores, onde cantaram o hino nacional.

Na ocasião, foram cobrados melhores salários para professores da rede pública e melhor estrutura nas escolas. Ao governo estadual, crítica para aumentar salários dos professores da Unemat.

Os vereadores foram criticados pela verba indenizatória. Também houve crítica ao carro de "200 mil" de uso do prefeito.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Fonte: WWW.gazetadigital.com.br

Nacional

Sábado, 22 de junho de 2013, 00h00

Santas casas terão mais verbas oficiais

[Luciene Cruz](#) / Brasília-ABr

O governo federal vai dar apoio financeiro às santas casas e aos hospitais filantrópicos do país em troca da ampliação e melhoria do atendimento, anunciou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Segundo ele, o incentivo faz parte de um conjunto de medidas para a recuperação financeira das unidades...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: WWW.diariodecuiaba.com.br

RECONSTITUIÇÃO DE MAMA

Anterior | [Índice](#) | [Próxima](#)

Segunda feira, 24 de junho de 2013

Edição nº 14630 23/06/2013

Faltam cirurgias no SUS

Mulheres que passaram pela cirurgia de retirada do seio lutam para fazer o procedimento em Cuiabá

ALECY ALVES
Da Reportagem

O número de médicos especialistas credenciados para a cirurgia de reconstituição de mama é pequeno e alguns ainda estão abandonando o Sistema Único de Saúde (SUS) por causa da baixa remuneração e falta de estrutura para operar.

A cabeleireira M.C.L., 50 anos, moradora do bairro CPA, que teve câncer de mama há alguns anos, já estava com os pedidos de exames pré-operatórios em mãos quando o médico a informou que estaria se descredenciando do sistema público.

Mais de 40 dias depois de receber a notícia e passada a validade das requisições dos exames pré-operatórios, a cabeleireira continua sem saber o que fazer. Constrangida, ela diz que não suporta mais usar enchimento no sutiã na tentativa de se sentir menos desconfortável com a ausência da mama.



Profissionais estão se descredenciando devido à falta de estrutura e próteses, o que gera aumento na fila de espera

O médico Marcelo Ramos Mendes, mastologista especialista em reconstrução de mama, é um dos que não querem mais operar pelo SUS. Mendes diz que depois de cinco anos operando, se desvinculou do setor público por causa da falta de estrutura e da baixa remuneração.

O especialista diz que não tem como continuar operando com uma equipe tão restrita, de apenas dois profissionais, ele e o instrumentador. Em um procedimento tão complexo e demorado, explica, precisaria de pelo menos um cirurgião auxiliar, mas o SUS não consegue montar equipe.

Marcelo Mendes observa que por mais que o profissional tenha boa vontade não consegue operar sozinho. E, pondera, não é o correto transformar o instrumentador em cirurgião auxiliar, como vinha ocorrendo. Na condição solitária, completa o médico, fazia duas cirurgias por semana, sendo que com uma equipe poderia fazer até cinco.

A falta de médicos não é o único problema no SUS. Nem todas as vezes que há operações agendadas o serviço público dispõe de próteses para substituir as mamas retiradas por causa da doença. Além disso, reclama o médico, há restrição de modelo, tamanho e outras dificuldades.

Há muitos anos o SUS é obrigado a fazer a reconstrução da mama nos casos de mutilação decorrente do câncer, conforme a indicação médica. A partir deste ano, com a aprovação de uma nova lei, teoricamente as mulheres passaram a ter direito, também, ao implante de silicone ou qualquer outro método reparador no mesmo tempo cirúrgico da retirada.

Antes disso, o governo Federal já havia decidido que o tratamento de câncer em mulheres deveria começar em, no máximo, 60 dias após o diagnóstico da doença. Se é que haveria necessidade de lei para assegurar o acesso ao serviço que pode fazer a diferença entre viver e morrer.

A Secretaria de Saúde de Cuiabá, por meio da assessoria de imprensa, informou que desconhece o credenciamento de médicos assim como casos de pacientes que não estão conseguindo fazer a cirurgia. O órgão é responsável pela Central de Regulação.

Fonte: WWW.diariodecuiaba.com.br

MT SAÚDE

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Extinção de auxílio ainda está longe

Presidente do MT Saúde diz que, apesar de recomendação do TCE, expectativa de que plano seja autossustentável ainda está longe de ser realidade

LORENA BRUSCHI
Da Reportagem

Com cerca de 40% menos filiados após a crise do final do ano passado, o MT Saúde caminha para uma inevitável reestruturação. A avaliação é do atual presidente do instituto, Flávio Taques.

Sua expectativa de que o plano se torne autossustentável e deixe de onerar os cofres públicos, contudo, ainda está longe de se tornar realidade, segundo ele próprio.

Para o presidente, sem verba pública, a curto prazo, haveria a extinção do plano. No entanto, o fim da participação do Estado está previsto para dentro de cinco anos. É uma determinação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que está em negociação desde o início do ano.

Flávio Taques pondera, no entanto, aguardar o resultado da CPI, que ainda está em andamento na Assembleia Legislativa e que deve terminar na semana que vem, para poder tomar qualquer medida administrativa.

Com perfil estritamente técnico, ele se recusa a falar sobre os desdobramentos políticos da CPI, instaurada para apurar indícios de desvio de dinheiro que teriam resultado em uma dívida de quase R\$ 70 milhões.

Afirma apenas não ter pretensão de ser visto como figura política por conta do cargo que exerce.

Diário – Como o senhor encontrou o MT Saúde?

Flávio Taques - O MT Saúde, há seis meses, estava na maior crise, instável. Então, tive esse convite para ser presidente e aceitei. Estava, há dois anos, atuando na parte técnica daqui. Era do quadro técnico e sabia como cada setor funcionava, qual era o negócio. Sabendo disso, houve esse convite e estou aqui até hoje. Assumi de fato no dia 28 de dezembro, quando houve aquela crise. Hoje, através da SAD (Secretaria de Estado de Administração), os novos funcionários são todos efetivos, recém-chamados nesse concurso de agora. A gente vinha trabalhando com terceirizados há mais de dez anos, de 2003 a 2013. Sempre quem tomou conta do plano foram empresas contratadas. Estávamos fazendo uma autogestão, mas agora conseguimos chamar os servidores públicos concursados.

Diário – Quantos servidores públicos atuam hoje no MT Saúde?

Flávio Taques - Acho que hoje devemos ter em torno de 30 funcionários e, destes, oitenta por cento são servidores públicos.

Diário – O senhor acredita que esta estrutura comporta a demanda do plano ou pretende expandi-la?

Flávio Taques - Hoje contempla, mas, como estamos sem sistema e ainda estamos planejando o novo método de controle de informações junto à SAD e ao Cepromat, logo o próprio Estado vai dar o sistema. Sempre foi a empresa que estava à frente do MT Saúde é que tinha toda essa parte de banco de dados, então, quando ela saía, pegava o banco de dados e levava embora. O próprio Estado vai ter agora o seu banco de dados. Essa mudança na estrutura vai ser feita aqui pelo MT Saúde mesmo.

Diário - Há um prazo para a implantação deste sistema informatizado?

Flávio Taques - Até o dia 30 de julho é para estar com todo o sistema rodando. Tudo informatizado já.

Diário – No final do ano passado, houve muitas desfiliações de servidores do plano por falta de atendimento. O senhor sabe quantos membros o MT Saúde perdeu e quantos servidores são credenciados hoje?

Flávio Taques - Posso falar de autorizações que são dadas a esses servidores. Hoje a média chega a

dez mil autorizações de atendimento por mês.

Diário – E quantos filiados tem o plano?

Flávio Taques - Hoje a média é de 30 mil. No auge do MT Saúde chegamos a 55 mil. O plano perdeu cerca de 40% da demanda com a crise, mas tem muita gente voltando com o retorno dos atendimentos. Se você fizer um comparativo, o custo do nosso plano é imbatível para as pessoas. Você pega um plano básico particular, comparado ao nosso completo, o nosso tem um atendimento melhor e um custo menor. O MT Saúde é muito inferior em termos de preço de mercado.

Diário – Quanto o MT Saúde arrecada por mês?

Flávio Taques - A média está na casa dos três milhões. O Estado arca com a outra parte para poder pagar todos os atendimentos. É importante ressaltar que hoje o governo está fazendo isso e o secretário (de Administração, Francisco) Faiad tem nos dado bastante atenção.

Diário – Como o senhor enxerga essa diminuição da contrapartida do governo ao plano, conforme recomendação do TCE?

Flávio Taques - Todo o plano tem sido feito por faixa salarial. Se a gente converter essa cobrança por faixa etária, igual a outros planos, aumentamos a arrecadação. Mas há uma matemática que esse aporte do governo vai beneficiar as pessoas que ganham menos. A proposta da reestruturação é justamente manter a justiça social. O governo esta propondo e vai encaminhar à Assembleia Legislativa, um abatimento maior nos salários maiores. Aí vai decaindo até o menor. Mas esta é uma parte mais complexa e técnica. Eu teria que falar em números.

Diário – Com esta reestruturação proposta, o plano tende a ser autossustentável?

Flávio Taques - O plano vai ter que continuar recebendo (recursos) do governo, pelo menos, pelos próximos cinco anos. Disso não tenha dúvida. Mas pretendemos que um dia o MT Saúde se sustente.

Diário – Esse modelo que o governo pretende implantar deverá ser enviado apenas após o término da CPI do MT Saúde. Porque o senhor tomou esta decisão?

Flávio Taques - Quando foi criada a CPI, um ofício foi encaminhado à Casa Civil, determinando que qualquer tipo de alteração no plano deveria aguardar o término da CPI.

Diário – De algum modo preocupa o senhor o fato do prazo para o término dos trabalhos da CPI ter sido estendido, por conta do pedido de vistas da deputada Luciane Bezerra?

Flávio Taques - Não, porque tem prazo definido para terminar. Na próxima semana já deve estar em votação. Mas como gestor público, é claro que eu quero resolver logo a situação do plano. Mas é uma situação que tem que ser aguardada, não depende da gente.

Diário – Parlamentares apontaram na CPI que não houve uma boa gestão do plano e foi isso que ocasionou o rombo milionário. O senhor acha que foi somente um erro de gestão ou o modelo também contribuiu para a crise?

Flávio Taques - Só posso falar daqui para frente. Não tenho como dizer se estavam certos ou

errados. Deixo isso a cargo da CPI. Mas o modelo atual é insustentável. Da forma que está hoje, o governo nunca vai conseguir. Uma família com quatro filhos paga R\$ 320. São seis pessoas! Não há plano que aguentar isso. Da forma que está hoje, se não houver algum tipo de mudança urgente, o plano vai se findar. Por isso estamos propondo esta nova forma de cobrança e de tocar o MT Saúde. Nós já nomeamos um conselho fiscal e um conselho deliberativo só de servidores, poder público e entidades. Além de um novo presidente, o MT Saúde tem o Fórum Sindical, que está aqui olhando as nossas ações; A SAD, que está com uma equipe; a Ager também. Estamos com uma equipe para colocar o plano em um outro patamar. Vamos deixar o que ficou para trás e vamos olhar para frente.

Diário – Está em negociação com o TCE um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG). O que este acordo prevê? Como o plano fará para cumprir?

Flávio Taques - A proposta poderá ser firmada. É recomendatória. Ele (TCE) nos recomenda que sejam repassados apenas durante os próximos cinco anos o aporte da fonte 100 do tesouro. Isso foi resultado do julgamento geral das contas do Estado. Nós já entendemos que realmente há a necessidade. Nossa atitude será de atender isso e propor um encaminhamento. Vamos propor que isso comece apenas em 2014, porque já haverá também uma mudança na faixa salarial dos servidores. Senão, o governo terá que ser sempre subsidiário do plano. Entendemos que este termo é um planejamento a longo prazo. É o tempo máximo que podemos planejar ações. Teríamos que ver, inclusive, um planejamento para 20 anos. A preocupação é se daqui a cinco anos um próximo gestor não vai assumir um buraco lá na frente. Pelo que se está planejando isso não vai acontecer.

Diário – Houve também a recusa de alguns hospitais em atender pelo plano no início deste ano. Como está esta situação? Quantas clínicas atendem pelo MT Saúde hoje?

Flávio Taques - Posso dizer que já recuperamos o atendimento pleno. É claro, há alguns profissionais que, nem com planos particulares, você vai conseguir atendimento. Um neurologista, por exemplo, é muito difícil. Mas a gente ainda está sanando isso e chamando os médicos para trazê-los de volta. Se fizéssemos um comparativo de como estava e como está, estamos dentro da previsão. Cerca de 10% ainda é deficiente no atendimento, mas já temos 90% daquilo que se esperava. A dificuldade ainda está com as especialidades, mas já foi um passo muito grande. Esperamos que até o final do ano consigamos fechar toda a rede de Mato Grosso.

Diário – Entre os apontamentos da CPI, foi constatado que houve o ressarcimento de quantias enormes a algumas pessoas que alegaram ter feito o tratamento em outro Estado. O plano ainda vai prever ressarcimentos, caso o paciente não seja atendido em Mato Grosso? Como será esta regra?

Flávio Taques - O plano é local, estadual. Se a pessoa estiver em outro Estado e passar mal, poderá ser atendida e o plano devolverá o valor. Mato Grosso hoje já tem uma gama de especialistas, então, raramente isso deve acontecer. Temos que obedecer, por exemplo, uma decisão judicial. Aí não temos como discutir. Mas foge mesmo. De vez em quando foge e é justamente os maiores valores.

Diário – O novo modelo prevê algum tipo de fundo para cobrir despesas caso o plano acumule algum tipo de dívida, como aconteceu no ano passado? Como o senhor pretende lidar com esta possibilidade, tendo em vista a diminuição dos repasses do governo?

Flávio Taques - Estamos contratando uma empresa especializada para fazer um cálculo atuarial. A ideia da migração de modelo é exatamente se pensar que poderemos ter um superávit. Mas a gente tem que entender que o governo não vai repassar dinheiro, se o plano tiver dinheiro sobrando. Um

exemplo ainda bem longe: o MT Saúde começa a dar superávit e ainda vem dinheiro da fonte 100. Aí pego esse dinheiro e coloco em um fundo. Acho que teremos que ter muito cuidado com isso. Mas, na expectativa de o plano ser autossustentável e houver sobra, aí poderemos prever alguma coisa. Essa questão financeira também será solucionada quando conseguirmos ter o histórico financeiro. Hoje só conseguimos resgatar de dois anos para cá, o que dificulta uma análise de quando a gente teve superávit e quando tivemos déficit.

Diário – Mas, mesmo com os repasses do governo, houve déficit no plano. Como o senhor assegura que o plano será superavitário?

Flávio Taques - Não é bem assim. Não houve os repasses como deveria ser e o déficit era bem grande. Nós tínhamos, dentro da massa de atendimento, 10 mil pessoas. Como que um plano que tem 30 mil pessoas, atende 10 mil por mês?

Diário – Tendo em vista que a CPI caminha para responsabilizar os gestores passados pelo prejuízo do plano, na sua opinião, qual a sua grande responsabilidade como gestor?

Flávio Taques - Cada um tem que arcar com os seus atos. Se eu propus vir para o MT Saúde; propus criar conselhos, para que vejam o que eu estou fazendo e trabalhando com uma grande transparência, já é um bom passo para que as pessoas que nos cobram, nos olhem com bons olhos. Trabalhar com transparência e responsabilidade. Espero ainda que, com o novo sistema, a gente possa prestar contas de quanto foi pago, quanto foi gasto, com quantas pessoas, que tipo de exame foi feito. Estamos voltados para isso e, quando tivermos o sistema pronto, vamos trabalhar dentro disso. Deve haver também o equilíbrio entre o que eu vou cobrar dos nossos servidores e o que eles vão querer. Porque quem paga quer tudo: atendimento e rapidez. E também com a outra ponta, que são as clínicas e hospitais. Tenho que equilibrar as contas. Hoje o nosso maior desafio vai ser esse.

Fonte: WWW.diariodecuiaba.com.br

Segunda feira, 24 de junho de 2013 Edição nº 13629 22/06/2013

Deputados cobram repasses para OSSs

Antônio Azambuja diz que unidades do interior podem interromper atividades a exemplo do Hospital Metropolitano, onde médicos cruzaram os braços

LORENA BRUSCHI
Da Reportagem

O deputado estadual Guilherme Maluf (PSDB) deve levar, na semana que vem, à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa a situação do Hospital Metropolitano de Várzea Grande, que paralisou os atendimentos na manhã de ontem (21), alegando falta de repasses do Executivo estadual.

O presidente da Comissão, deputado Antônio Azambuja (PP), afirma que se nada for feito, outras unidades do interior do Estado também podem fechar as portas.

Maluf vai propor o acompanhamento de todos os contratos entre as Organizações Sociais de Saúde (OSSs) e a Secretaria de Estado de Saúde (SES) pelo Parlamento. Apesar disso, pondera que o

problema não está na administração das entidades, mas na falta de pagamento por parte do governo.

O tucano afirma que resta à comissão tentar intermediar um acordo entre as partes, visto que, segundo ele, já houve inúmeras tentativas de negociação que não resultaram em efeitos práticos.

A paralisação do Metropolitano – hospital administrado pelo Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas) – teria sido provocada por falta de recursos para arcar com a folha de pagamento dos cerca de 150 médicos da unidade. A informação é dos próprios profissionais, que emitiram nota explicando os motivos da manifestação.

Estima-se que a SES deixou de repassar ao menos R\$ 6 milhões ao hospital nos últimos três meses e, por isso, os serviços da unidade já estariam reduzidos pela metade durante este período. A assessoria da Pasta, no entanto, desmente o número e afirma que já reuniões já foram feitas para buscar uma solução para o problema.

Azambuja, no entanto, adianta que a comissão deve deliberar por abrir uma nova rodada de negociação com o secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues.

“Poderemos pressionar o governador e mostrar quem é o real culpado”, disse, sustentando que o funcionamento dos hospitais estaria prejudicado exclusivamente por falta de recursos.

Além do Hospital Metropolitano, o Ipas é responsável pela administração da Farmácia de Alto Custo do governo do Estado, onde diversas caixas de medicamentos foram encontradas vencidas. A denúncia também foi encaminhada à Comissão de Saúde da AL, que pediu esclarecimentos do governo sobre o assunto.

O caso, inclusive, gerou um pedido de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. De autoria do deputado estadual Ademir Brunetto (PT), o pedido não prosperou porque Airton Português (PSD), um dos oito parlamentares que haviam assinado o documento, mudou de ideia após dar seu aval.

Fonte: www.odocumento.com.br

Política

Estado prioriza setor e amplia repasses para a Saúde em Mato Grosso

24/06/2013 - 15h52

A-

A+

Da Redação

O Governo de Mato Grosso já repassou R\$ 373,7 milhões para a saúde este ano. O montante supera os 12% estipulados pela Constituição Federal, representando 14,06% de aplicação da receita de impostos e transferências constitucionais, percentual 20% acima do previsto na Constituição. “O Governo do Estado tem reduzido suas despesas de custeio e melhorado suas ferramentas de controle sobre os gastos públicos. Este montante repassado mostra que mesmo com as grandes obras de infraestrutura urbana que estão sendo realizadas na Capital e também no interior do Estado, o Tesouro tem seguido rigorosamente o determinado em lei”, pontuou o secretário de Fazenda de Mato Grosso, Marcel Souza de Cursi.

Para ilustrar esta economia do Estado em seu custeio, enquanto no primeiro quadrimestre de 2012 a

despesa liquidada total do Estado chegou aos R\$ 3,17 bilhões, neste ano ela ficou em R\$ 3,11 bilhões. A redução foi de aproximadamente R\$ 50 milhões. “Este é um cenário que não temos visto nos últimos anos. É comum acompanharmos um crescimento da despesa maior que o da receita. Cumprindo com o que acordamos com a sociedade em dezembro na Assembleia Legislativa, estamos gastando menos e ampliando a capacidade de investimento do Estado”, ressaltou o secretário.

Com relação às despesas empenhadas, ou seja, já contratadas, Mato Grosso registrou uma alta de 2%, saindo de R\$ 5,36 bilhões em 2012 para R\$ 5,47 bilhões neste primeiro quadrimestre. O montante representa 43% da dotação inicial prevista para todo o ano de 2013. “Este cenário poderia e deveria ser até mesmo comemorado, porém não o fazemos devido as frustrações de receitas que observamos neste ano e ainda os riscos de queda nos repasses da União”, comentou Marcel de Cursi.

Assim, pelos cálculos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA), o Estado deveria arrecadar R\$ 4,69 bilhões no período, porém alcançou R\$ 4,60 bilhões. “O cenário de dúvidas com relação a arrecadação manterá a política de redução de despesas do Estado com o custeio, mas, a saúde, educação, segurança, e infraestrutura terão seus recursos como prioridade”, garantiu o chefe fazendário.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Continuam abertas inscrições para Ouvidor do SUS

24/06/2013 - 14h25

A- A+

Da Redação

Continuam abertas as inscrições o cargo de Ouvidor do Sistema Único de Saúde - SUS - do Conselho Municipal de Saúde. O cadastramento deverá ser feito até o dia 26 deste mês na sede do órgão, localizada na Avenida Alzira Santana 2.602 – no bairro Costa Verde.

Estão habilitados a concorrer ao cargo os profissionais que preencherem os seguintes requisitos: Ter mais de 18 anos, 3º grau completo, estar em dia com as obrigações junto ao Conselho de Classe (se for o caso), ser funcionário público efetivo, lotado na Secretaria de Saúde e ter conhecimento sobre a legislação que norteia o SUS. O candidato deverá apresentar no ato da inscrição “Curriculum Vitae” e proposta de trabalho.

Deverão ser fixado no mural da Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde no dia 28 junho de 2013, as listas com as inscrições deferidas e indeferidas, sendo que neste último caso, o candidato terá até as 17 horas do dia 02 de julho para interposição de recurso.

A eleição será realizada no dia 4 de julho, a partir das 14h, durante a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. O ouvidor eleito terá que cumprir a carga horária de 40 horas semanais.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Tamanho do texto A- A+

Segunda, 24 de junho de 2013, 15h10

BASE GOVERNISTA

Cúpula do PP reúne-se com Silval 4ª feira para buscar novo espaço
Partido afirma que Mauri Rodrigues não é mais da cota da sigla

TÉO MENESES E JONAS DA SILVA

A cúpula do PP reúne-se com o governador Silval Barbosa (PMDB) na quarta-feira e já admite sair da base de apoio ao governo. Ainda não há horário definido. A sigla já dá como certa que a manutenção do secretário Mauri Rodrigues e que, desta forma, ele não é da cota do partido no secretariado.

"O partido vai reivindicar espaço na gestão, pois entendemos que o Mauri não é da nossa cota. Vamos ver se o governador quer realmente a permanência do PP na sua base", adiantou-se o deputado Ezequiel Fonseca, presidente estadual do partido.

Todos os membros da Executiva Estadual participam de reunião, inclusive o deputado federal Pedro Henry, condenado pelo mensalão.

Uma das reivindicações da sigla é discutir outra secretaria para o partido.

"O partido pode até continuar na base, mas desde que a gente discuta indicações para outros cargos", cita Ezequiel.

O PP está no grupo de respaldo político do governador desde 2002, quando foi eleito o ex-governador e atual senador Blairo Maggi (PR). O partido tem dois deputados estaduais: além de Ezequiel, Antônio Azambuja.

O presidente do PP participa de uma mesa redonda na Assembleia Legislativa e falou à Imprensa no local. Há cerca de 10 dias o partido reuniu-se com o governador para informar a posição.

(Atualizada às 15h42)

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Sexta, 21 de junho de 2013, 11h54

Tamanho do texto A- A+

TENSÃO NA SAÚDE

Servidor fora de sintonia com Mauri será exonerado, avisa líder

PP sinaliza migrar para oposição e deputado diz que aliados indicados por partido 'estão autorizados a sair'

PAULO COELHO

O servidor que ainda estiver lotado na Secretaria de Estado de Saúde (SES) e que não estiver em sintonia com o secretário Mauri Rodrigues, deverá ser exonerado brevemente.

O recado é do líder do governo na Assembleia (e também presidente do legislativo), Romoaldo Júnior(PMDB), ao ser questionado por HiperNotícias, se ainda há, dentro da SES, servidores indicados pelo ex-secretário da pasta e deputado federal, Pedro Henry.

O parlamentar foi responsável por instituir as Organizações Sociais de Saúde (OSS), em Mato Grosso, no início do governo Silval Barbosa (PMDB).

"Não tenho conhecimento se lá (na Secretaria) ainda tem gente dele (Henry), mas se tiver, deve ser alterado, pois o Mauri está montando sua equipe de confiança e só deve fiar quem estiver realmente trabalhando", aponta Romoaldo.

Edição do *Diário Oficial do Estado* (DOE) dessa quinta (20), traz publicadas [17 novas nomeações na SES](#), em vários cargos, inclusive a do advogado Marcos Rogério Lima Pinto, tido como homem de confiança do governador, que estava como adjunto na Secretaria de Fazenda (Sefaz).

Com esse sinal claro do governador de que manterá Mauri Rodrigues no comando da Saúde, tem como principal efeito político, o possível rompimento do Partido Progressista (PP) com a gestão de Silval, parceria que dura desde a eleição do governador em 2010.

OPOSIÇÃO

"Vamos estar avaliando, eu, o deputado Antonio Azambuja e o deputado federal Pedro Henry (presidente do PP de Mato Grosso). Não está certo que vamos para a oposição, mas também não está certo eu vamos aceitar mais erros na gestão da Saúde, queremos é esses problemas sejam resolvidos", diz o deputado Ezequiel Fonseca.

"E a Secretaria de Saúde não é mais responsabilidade do PP, desde o último dia 10 quando entregamos o cargo ao governador, portanto agora ele faz o que quiser e arque

com as consequências, nós vamos cobrar que melhore”, argumenta.

O progressista ainda informou que os servidores indicados pelo PP que ainda estejam lotados na SES, “estão autorizados a sair”. Fonseca alegou que Pedro Henry nem o partido como um todo, nunca teve muitos cargos na Secretaria de Saúde.

“As pessoas que estão lá, nem todas são do PP, que não deve ter nem 10 cargos e mesmo assim o governador pode trocá-los se achar que deve, assim como fez com o Pelé (Edson, uma das principais indicações de Henry na Saúde). Na verdade hoje, se o PP tiver lá, é meia-dúzia de servidores indicados”, enfatiza Fonseca.

O parlamentar ainda criticou mais uma vez a gestão de Mauri Rodrigues na Saúde, mesmo sendo o atual secretário, uma indicação do próprio PP, que desde o início do governo Silva comandava a pasta.

“Nós pedimos a cabeça do Mauri, mas o Silval não aceitou e por isso entregamos a pasta, só que queremos resposta, vamos cobrar que as melhorias ocorram, pois o que tem aí à disposição da Secretaria, foi tudo conseguido por secretários anteriores, o Mauri mesmo não comprou um comprimido sequer”, alfineta.

Outras supostas falhas que estão sendo cometidas pelo atual secretário, conforme Fonseca, seriam o não pagamento de R\$ 6,3 milhões à OSS que administra o Hospital Metropolitano de Várzea Grande e a falta de medicamentos de alto custo.

TOLERANTES

Para o deputado Baiano Filho (PMDB), um dos principais defensores da manutenção de Mauri no cargo, o governador está sendo justo com o atual secretário.

“Ao convidá-lo, o Mauri disse ao governador que não aceitaria o cargo, mas recebeu a garantia de que teria tempo, respaldo e condições para que ele fizesse um bom trabalho e a manutenção dele é justa. Porque ninguém consegue mudar uma secretaria como essa em 90 dias”, argumenta o peemedebista, que por sinal é de Sinop, no Nortão do Estado, mesma cidade de Mauri Rodrigues.

Já para a deputado opositora, Luciane Bezerra (PSB), a decisão do governador de manter o secretário na pasta deve ser respeitada e defendeu que Mauri tenha mais tempo na Secretaria para mostrar resultados.

“Acho que está muito recente para responsabilizar o Mauri pelo caos que está a Saúde no Estado. O que está acontecendo é culpa do governo, que é o responsável pela ineficiência da secretaria, pelos remédios vencidos e ao Mauri cabe a nós agora cobrar resultados, respostas sobre esses medicamentos que tiveram sua validade vencida, na fiscalização das OSS e uma melhor gestão da pasta como um todo”, aponta Luciane.

Ainda para o líder do governo na Assembleia, Romoaldo Júnior, há que se considerar o lado positivo da gestão de Mauri, como “os 396 leitos novos nos hospitais e o bom



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

funcionamento das OSS em Rondonópolis, Cáceres e Alta Floresta”.

(Atualizada às 12h41)